

afirmações que possamos saber que são verdadeiras pensando apenas no seu *significado*, constituem conhecimento *a priori*. As seguintes afirmações ilustram o conhecimento *a priori*:

- Os solteiros não são casados.
- Tudo aquilo que é branco tem cor.
- $523 \times 2 = 1046$
- $a + b = b + a$
- O Universo está em expansão ou o Universo não está em expansão.

Será que o conhecimento *a priori* se reduz ao conhecimento de verdades como estas? Esta questão está na origem da divergência entre dois géneros de filósofos: os empiristas e os racionalistas.

#### 4.2.1. Empirismo

Os empiristas, entre os quais se inclui Hume, são *cépticos* quanto ao conhecimento *a priori*. De um modo geral, não negam inteiramente a existência deste conhecimento, mas pensam que ele se circunscreve à lógica, à matemática e às verdades meramente linguísticas. Os empiristas declaram que a lógica, a matemática e todas as afirmações que são verdadeiras por definição nada nos dizem realmente sobre o mundo. Pensam, portanto, que não existe conhecimento *a priori* dos factos do mundo, ou seja, que todo o conhecimento factual é *a posteriori* ou empírico.

#### 4.2.2. Racionalismo

Os racionalistas, entre os quais se inclui Descartes, geralmente não negam que exista conhecimento *a posteriori*, mas pensam que, recorrendo unicamente à razão ou ao pensamento, podemos obter conhecimento factual genuíno. Por exemplo, muitos racionalistas pensam que podemos saber *a priori* que Deus existe ou que a mente é distinta do corpo. Os racionalistas supõem frequentemente que o conhecimento *a priori*, por oposição ao conhecimento empírico, assenta em justificações certas ou infalíveis.

### 4.3. Descartes contra o cepticismo

Consideremos agora o nosso segundo problema epistemológico:

- Será que sabemos o que julgamos saber?

Este é o **problema da validade do conhecimento** e o **cepticismo** consiste em dar-lhe uma resposta negativa. Os cépticos declaram que as nossas pretensões ao conhecimento não são válidas, ou seja, que o conhecimento não passa de uma ilusão e que, portanto, nada sabemos realmente. Note-se que os empiristas, ainda que sejam cépticos em relação ao conhecimento *a priori*, não defendem esta posição radical. Note-se também que o termo «validade» não designa aqui a força lógica dos argumentos.



René Descartes (1596 – 1650)

#### 4.3.1. A dúvida metódica

Descartes tem o objectivo de mostrar que os cépticos estão enganados. Pensa que, se seguirmos o método que nos propõe, poderemos mesmo ficar com um conhecimento *certo*, isto é, infalivelmente justificado. A epistemologia de Descartes (ou cartesiana) é desenvolvida em várias obras, sendo de destacar o *Discurso do Método* (1637) e as *Meditações sobre a Filosofia Primeira* (1641).

Segundo Descartes, para obtermos a **certeza** temos de encontrar um **fundamento** inteiramente seguro para o conhecimento. Por outras palavras, temos de encontrar crenças ou convicções que não possam ser

colocadas em dúvida, a partir das quais seja possível justificar infalivelmente outras crenças ou convicções. Como haveremos de encontrar esse fundamento seguro? Recorrendo à **dúvida**, sugere Descartes. Começemos por examinar as nossas crenças, tentando determinar se podemos colocá-las em dúvida. Rejeitemos todas as nossas crenças em que possamos imaginar a menor dúvida – talvez algumas delas sejam verdadeiras, mas, como não resistem aos argumentos dos cépticos, não podem servir de fundamento para o conhecimento, pelo que devemos tratá-las como se fossem falsas. É nisto que consiste a **dúvida metódica**: vamos tentar colocar em dúvida as nossas crenças, rejeitando provisoriamente todas aquelas que não sejam inteiramente indubitáveis. Se descobirmos que certas crenças resistem a todo e qualquer argumento céptico, poderemos considerá-las certas ou indubitáveis e tomá-las como fundamento para o conhecimento. O recurso à dúvida é assim um meio para chegar à certeza.

Descartes começa por apresentar argumentos cépticos para duvidarmos de todas as nossas crenças que se baseiam na experiência empírica. Um desses argumentos parte da ideia de que os nossos sentidos não são completamente fiáveis:

Os nossos sentidos enganam-nos em algumas ocasiões. Como é imprudente confiar naqueles que nos enganam nem que seja uma só vez, devemos rejeitar todas as nossas crenças empíricas, pois é possível que estas sejam falsas.

Temos também o **argumento do sonho**:

Nunca podemos distinguir por sinais completamente seguros o sono da vigília. Assim, é possível que estejamos a sonhar quando nos julgamos acordados e, portanto, talvez tudo aquilo que pensamos estar a observar não passe de uma ilusão.

Estes argumentos sugerem que tudo aquilo que julgamos conhecer através dos sentidos é duvidoso e que, portanto, as nossas crenças empíricas ou *a posteriori* não podem servir de fundamento para um conhecimento certo. Mas podemos também colocar em dúvida crenças *a priori*, como as que temos na área da matemática, que nos parecem completamente certas. Descartes pensa, na verdade, que mesmo uma crença como a de que  $5 + 7 = 12$  não é indubitável. Para mostrar que um céptico poderia colocar em questão as crenças deste género, Descartes introduz o **argumento do génio maligno**, o qual também nos permite questionar todas as crenças empíricas, tendo por isso um alcance mais vasto do que os argumentos anteriores.

O génio maligno é uma espécie de deus enganador – um ser extremamente poderoso e malévolo que está empenhado em fazer-nos viver na ilusão. Sem que o soubéssemos, este ser poderia controlar os nossos pensamentos e fazer-nos cometer os erros de raciocínio mais elementares. Ora, se existir um génio maligno, mesmo na matemática seremos induzidos sistematicamente em erro, e tudo aquilo que julgamos existir à nossa volta não passará de uma ilusão. (Estaremos tão iludidos como a maioria dos seres humanos do filme *Matrix*.) Descartes não está a dizer-nos que existe um génio maligno – está apenas a dizer-nos que não podemos excluir à partida a possibilidade de esse ser existir, e que, se ele existir, quase tudo aquilo em que acreditamos será falso. Assim, quase tudo aquilo em que acreditamos admite alguma dúvida.

#### 4.3.2. O cogito

Ainda que *quase* nenhuma das nossas crenças seja indubitável, Descartes pensa que há algo de que não podemos duvidar. Afinal, se estamos a colocar as nossas crenças em dúvida, estamos a duvidar, e duvidar é uma forma de pensar. E, se estamos a pensar, então existimos. Cada um de nós pode então afirmar com toda a segurança:

- Eu penso, logo existo.

Esta afirmação é conhecida por *cogito*. Para Descartes, o *cogito* constitui o fundamento certo do conhecimento, pois nem mesmo um génio maligno poderia enganar-nos no que respeita à nossa própria existência. Repare-se que o *cogito* nos assegura apenas da nossa própria existência enquanto seres pensantes. A existência dos outros e a existência do nosso corpo talvez sejam ilusões. À partida, cada um de nós pode ter apenas a certeza de que é uma «substância» cuja natureza é o pensamento.